

IMPOSTOS ■ ASSUNTO É DISCUTIDO HOJE EM CONSELHO DE MINISTROS

Governo alivia so

■ Executivo está a estudar a hipótese de reduzir a sobretaxa de 3,5% sobre o IRS em 2015, ano de eleições legislativas

■ Passos garantiu ontem que não há novo corte nos salários dos funcionários públicos e nas pensões



● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA*

O Governo está a preparar uma redução na sobretaxa de 3,5% sobre o IRS para 2015, ano de eleições legislativas. O alívio da carga fiscal sobre o rendimento do trabalho é hoje discutido em Conselho de Ministros, depois de já ter sido um dos temas centrais da reunião extraordinária do Executivo que discutiu o Documento de Estratégia Orçamental (DEO,) na passada segunda-feira.

Ao que o CM apurou, no interior do Governo ganha cada vez mais força a ideia de que é necessário reduzir os impostos sobre o trabalho em 2015, ainda que de

forma simbólica. Mesmo o primeiro-ministro, que tem sido prudente sobre uma eventual redução de impostos a curto prazo, já terá mostrado abertura para se avançar com um corte no IRS.

A confirmar-se a diminuição do IRS em 2015, isso acontecerá por via de uma redução na sobretaxa de 3,5%, que foi criada pelo atual Governo em 2011. Caso a medida seja integrada no Orçamento do Estado para 2015, a sua aplicação entrará em vigor em janeiro. Por isso, nesse mês, os salários serão sujeitos a um imposto mais baixo.

Com a atual sobretaxa de 3,5%, um salário de 1 000 euros paga de imposto 35 euros/mês. Por ano,

✚ PORMENORES

● **POIARES MADURO DESAFIA O ministro Adjunto desafiou ontem o PS a dizer como cumprir o défice para 2015, porque a alternativa (do manifesto pela reestruturação da dívida) é um segundo resgate. E acusou ainda a oposição de alimentar a incerteza.**

● **ATÉ AO FINAL DO MÊS** O Governo não abre o jogo. Apenas garante que haverá Documento de Estratégia Orçamental até ao fim do mês.

são 490 euros, quase metade de um salário. Daí que uma eventual redução da sobretaxa “tenha um efeito maior nos salários mais baixos”, diz Domingues Azevedo, bastonário dos Técnicos Oficiais de Contas.

Para já, o Governo estuda o corte que poderá ser aplicado na sobretaxa do IRS. O crescimento da economia e a redução das taxas de juro da dívida pública estão também a contribuir para essa posição. A redução do IRS é um dos temas centrais do Conselho de Ministros de hoje, que será presidido

pela ministra das Finanças. Devido à presença de Pedro Passos Coelho em Bruxelas, na cimeira UE-África, e de Paulo Portas na

Arábia Saudita, será Maria Luís Albuquerque a dirigir o debate sobre o DEO.

Passos Coelho deixou ontem claro em Bruxelas que o Governo não tem intenção de “aprofundar os cortes feitos no passado” em sa-

lários e pensões e que o DEO será “concentrado” em medidas “do lado da despesa”. ■ COM C.R./L.M.

Medida irá ter um efeito maior nos rendimentos mais baixos

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO da manhã

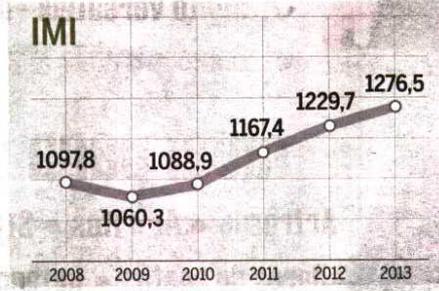
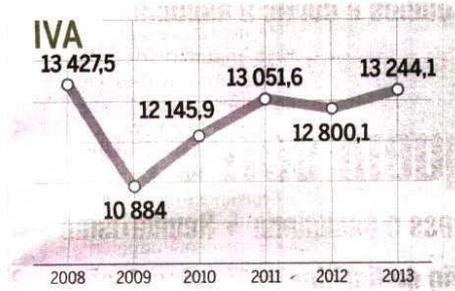


bre taxa

ESTÓNIO GERE O PÓS-TROIKA
 ● O pós-troika vai ser negociado com o estónio Sim Kallas. Isto porque Olli Rehn sai dos Assuntos Económicos para concorrer às europeias.



Moreira Rato (à esq.) no Parlamento



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

CORREIO DA MANHÃ



Bruxelas. O primeiro-ministro Passos Coelho posa com o líder da Comissão Europeia, Durão Barroso, e o presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, antes do início da cimeira UE-África.

Seguro insiste em saber a verdade



O secretário-geral do PS, António José Seguro

● O secretário-geral do PS, António José Seguro, voltou ontem a insistir na necessidade de o Governo revelar onde vai cortar. "Era importante que o primeiro-ministro viesse falar verdade aos portugueses e dizer com clareza que cortes vai fazer". O líder do PS acusou ainda o Executivo de estar fora do "consenso" que existe na sociedade em torno do crescimento e de uma gestão parcial da dívida. ■

CATROGA ALERTA PARA CARTA

● O ex-ministro das Finanças Eduardo Catroga diz que Portugal devia pedir uma carta de conforto aos seus parceiros europeus, caso não opte por um programa cautelar.

REESTRUTURAR A DÍVIDA PÚBLICA

● Eduardo Catroga critica os que pedem a reestruturação da dívida, mas acha que o País pode ainda suavizar a componente oficial da mesma.

EX-MINISTROS EM SILÊNCIO

● O líder do Fórum para a Competitividade, Ferraz da Costa, diz que três ex-ministros das Finanças deviam estar calados por uns anos.

ESTRATÉGIA DURA ATÉ 2018

● O Documento de Estratégia Orçamental (DEO) que o Governo está a discutir define as medidas que serão aplicadas pelo Governo até 2018.

Almofada custa 435 milhões

■ A estratégia do Governo de criar uma almofada financeira para facilitar o regresso de Portugal aos mercados financeiros custou, em 2013, um total de 435 milhões de euros em juros. A despesa foi revelada pelo próprio presidente da Agência para a Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) numa audição na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças.

públicos suportam uma taxa de juro de 2,9%.

De fora dessa verba, estão os 6,5 mil milhões de euros de financiamento da troika para dar resposta a uma eventual necessidade de capitalização dos bancos portugueses. Esse dinheiro está depositado no Tesouro público e a pagar juros. Para Moreira Rato, essa almofada financeira tem tido "um impacto muito positivo na evolução das taxas de juro" da dívida pública portuguesa, por ser uma garantia adicional para os investidores de que Portugal consegue cumprir os seus compromissos. ■

Excedente de liquidez ascende a 15 mil milhões de euros

Perante os deputados, João Moreira Rato deixou claro que essa almofada financeira atingiu, no ano passado, um total de cerca de 15 mil milhões de euros. Por essa endividamento, os cofres

tivo na evolução das taxas de juro" da dívida pública portuguesa, por ser uma garantia adicional para os investidores de que Portugal consegue cumprir os seus compromissos. ■